

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DE ESPAÇO, REGIÃO E FRONTEIRAS

SOME CONSIDERATIONS ABOUT SPACE, REGION AND FRONTIERS

Andréia Aparecida Piccoli*

Resumo: As pesquisas historiográficas são embasadas por três noções principais; estuda-se o homem em determinado tempo e espaço. Neste artigo, discorre-se sobre alguns parâmetros básicos para os estudos de aspectos espaciais relacionados à História regional e fronteiras. O escrito constitui-se a partir do aporte teórico de autores que sistematizam e trabalham os respectivos temas, quais sejam, José d'Assunção Barros, Maria Rosa Carbonari, Dení Trejo Bajas, Ana Luiza Setti Reckziegel, Luiz Carlos Golin, Fabrício Pereira Prado, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Tiago Luís Gil. Devido à versatilidade dos conceitos de região e fronteira, os quais são variáveis conforme a pesquisa proposta – dimensão própria do conhecimento historiográfico, o qual pressupõe o desenvolvimento metodológico com base no objeto estudado e suas especificidades –, desenvolve-se um breve histórico acerca do conceito de região e da utilização da abordagem regional, e disserta-se sobre uma fronteira específica; a fronteira da América Meridional (1680c. - 1820c.).

Palavras-chave: abordagem regional; espaço; fronteira; historiografia; região

Abstract: Historiographical research is based on three basic notions; it studies man in a certain space and time. In this article, we discuss a few basic parameters for spatial topics related to regional history and frontiers. The writing is built around the theoretical framework of authors who systematize and work their respective themes, which are, José d'Assunção Barros, Maria Rosa Carbonari, Dení Trejo Bajas, Ana Luiza Setti Reckziegel, Luiz Carlos Golin, Fabrício Pereira Prado, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores and Tiago Luís Gil. Due to the versatility on the concepts of region and frontier which vary according to the proposed research – it's proper to the historiography, which presupposes methodological developments around the object of study and its specificities – we develop a brief overview on the concept of region and the uses of the regional approach, and we also discuss a specific frontier; the frontier of the América Meridional (1680ca. - 1810ca.).

* Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo, e bolsista PROSUC/CAPE. E-mail: andreiaparecida135438@gmail.com

Keywords: frontier; historiography; region; regional approach; space

Considerações iniciais

A perspectiva historiográfica desenvolvida neste artigo parte do pressuposto de que o domínio da História é a especificidade. Assim, cada objeto de pesquisa histórica demanda uma abordagem própria, a qual desenvolve-se a partir de uma problemática e de uma dimensão histórica, seja um enfoque social, cultural, político, econômico, etc.. Diante disso, na busca de uma compreensão contextual que seja o mais coerente possível com a própria aceção dos sujeitos históricos estudados, o pesquisador necessita historicizar as noções temporais e espaciais destes agentes.

Neste artigo, discute-se alguns referenciais básicos para os estudos de regiões e fronteiras, aos quais se associa o conceito de espaço. No desenvolvimento deste trabalho, as discussões sobre História regional são mais amplas, versando sobre o conceito de região e a abordagem regional, enquanto a parte sobre fronteiras é particular à fronteira da América Meridional (1680c.-1820c.), porque, compreende-se que cada fronteira estimula sua própria teorização. Para isso, primeiramente se discute a História regional e, posteriormente, a fronteira da América Meridional, pois, fronteiras podem – mas não necessariamente precisam – se caracterizar como regiões, como é o caso desta fronteira em estudo.

Considerações gerais sobre a História regional

Os estudos historiográficos que utilizam a abordagem de História regional passaram a ser realizados principalmente a partir da década de 1970. Isso deve-se à renovação historiográfica fruto do movimento dos *Annales*, nomeada *Nouvelle histoire* – quando Fernand Braudel cede a direção dos *Annales* a uma nova equipe, formada por Jacques Le Goff, Marc Ferro e Emmanuel Le Roy Ladurie, além de Robert Mandrou (e depois André Burguière e Jacques Revel) na posição de Secretário Geral da revista (BARROS, 2013, p. 309). Entre as novidades desta terceira geração,

[...] postula-se a possibilidade de examinar a história de acordo com uma nova escala de observação — atenta para o detalhe, para as microrrealidades, para aquilo que habitualmente escapa ao olhar panorâmico da macro-história tradicional — e é a esta nova postura que se passou a chamar de micro-história. Intensifica-se também o olhar do historiador sobre o seu próprio discurso, e o fazer historiográfico, mais do que nunca, será ele mesmo um objeto privilegiado de estudo. De igual maneira, o principal das preocupações historiográficas parece se deslocar para o âmbito da cultura, de modo que a

história cultural passa a ocupar uma posição central no grande cenário das modalidades historiográficas (BARROS, 2013, p. 311).

A partir de então, ampliaram-se as discussões sobre enfoques, abordagens e instrumentos metodológicos na pesquisa histórica. Em decorrência disso, surgiram trabalhos mais sistematizados relacionados à História regional.

A notabilidade dos estudos regionais insere-se no contexto de esgotamento das macroabordagens, que embora capazes de apontar parâmetros, mostram-se insuficientes quando comparadas com estudos particularizados (RECKZIEGEL 1999, p. 16). A nova possibilidade de recorte do espaço para a historiografia foi, portanto, uma contribuição da *Nouvelle histoire*. Não obstante, sofreu influências, por exemplo, da micro-história italiana e o seu princípio teórico de redução da escala de análise.

Fundamentada em um claro diálogo interdisciplinar com a geografia humana, a abordagem de história regional estabelece-se com os estudos de regiões enquanto construções sociais. Desse modo, as regiões são caracterizadas como *locus* de ação humana, o qual é criado e constantemente recriado por meio da utilização do território pelos agentes históricos.

Em linhas gerais, a abordagem de História regional preconiza uma delimitação espacial discursiva e, portanto, criada pelo historiador, com base nos indícios da realidade histórica. Este pesquisador se detém a estudar determinada problemática privilegiando a associação desta com determinado espaço social. Motivo pelo qual, para a realização de uma pesquisa que se utiliza da abordagem de História regional, é necessário um estudo conceitual sobre espaço e região, inclusive porque há uma mudança nas concepções sobre esses conceitos no decorrer dos três últimos séculos.

A partir das expansões dos domínios historiográficos que se verifica no transcorrer do século XX, compreende-se que a História é o estudo do homem no tempo e no espaço. A utilização do conceito de espaço é um acréscimo à famosa definição de História proposta por March Bloch; “História é o estudo do homem no tempo”. A percepção de que o espaço é vital para a historiografia constituiu um aspecto para o qual colaboraram três dos maiores nomes dos *Annales*; Lucian Febvre, Marc Bloch e Fernand Braudel (BARROS, 2013, p. 340).

O tempo como objeto de estudo é capaz de abranger certos processos que se referem à vida humana numa diacronia, isto é, em múltiplas temporalidades que se entrecruzam pela “dialética das durações”, como compreende Fernand Braudel (1958). Ocorre que o conceito de tempo é frequentemente concebido como um dado, e assim também sucede em relação ao

conceito de espaço, desconsiderando-se a operação social por trás desse tempo e desse espaço, a qual produz construções e representações sobre os mesmos.

Em uma de suas instâncias mais primárias, o espaço pode ser abordado como uma área que existe previamente na materialidade física. Todavia, o historiador tem como base para os seus estudos um espaço que, sempre e necessariamente, se constituirá em espaço social, político e imaginário (BARROS, 2006, 463). Portanto, o meio que interessa ao historiador é àquele em que houve intervenção humana, tornando-o um meio sociocultural.

O geógrafo Milton Santos (1974), ao propor uma “Geografia nova”, aborda a questão espacial sob o ponto de vista do materialismo dialético, para o qual o espaço humano é, em qualquer período histórico, resultado de uma produção. Segundo Santos, “o homem, que devido à sua própria materialidade física é ele mesmo espaço preenchido com o próprio corpo, além de ser espaço também está no espaço e produz espaço” (1974, p. 174 *apud* BARROS, 2005, p. 114). Então, o homem impõe controle e sentido sobre a espacialidade.

No entendimento de Santos, o espaço social carrega uma carga de historicidade passada, como também uma carga inerente de historicidade possível de ser construída, na medida em que é instância de determinação do movimento real, de transformação deste último (1777, p. 41 *apud* RECKZIEGEL, 1999, p. 16). Motivo pelo qual, a própria narrativa dos sujeitos históricos e dos historiadores pode transformar os espaços humanos. Assim, para Milton Santos, o regional vincula-se tanto à dimensão espacial como à temporalidade, por incluir-se em um processo histórico que o modifica.

A historiadora argentina María Rosa Carbonari, ponderando sobre o surgimento do estudo regional dentro das ciências humanas, aponta que a preocupação com a delimitação de região, que durante grande parte do século XIX foi pertencente ao ramo da geografia física, passou a incluir novas referências no transcurso do século XX. Em um primeiro momento, esse conceito era uma noção para entender a organização espacial e referia-se a ideia de uma espacialidade menor incluída em uma mais ampla (CARBONARI, 2009, p. 21). À vista disso, buscamos compreender o conceito de região a partir das principais transformações que esta conceituação passou desde o século XIX até o início do século XXI.

Um breve histórico sobre o conceito de região

No século XIX, o conceito de região era compreendido, sobretudo, a partir dos componentes físicos da natureza; isto é, o clima e os fatores geomorfológicos determinavam o recorte espacial e, devido aos critérios epistemológicos do pesquisador, sobrepunham-se à ação

humana. Esse entendimento de região se vincula aos fundamentos do positivismo, do evolucionismo e, especialmente, à inclusão da geografia nas ciências naturais. Esses fundamentos dariam força explicativa a esta perspectiva de região natural a partir do determinismo ambiental germânico (CARBONARI, 2009, p. 21).

Ainda no século XIX, o geógrafo francês Paul Vidal de la Blache, criador da *École Française de Géographie*, entendia as regiões como dados prévios, embora levasse em consideração a importância da ação humana para elaborar as suas explicações regionais. Na interpretação de La Blache, as relações entre homem e natureza são historicamente contingentes e não determinadas de forma causal. Segundo Barros, nesse período, “as regiões vinham estabelecidas previamente, como que estabelecidas de uma vez por todas, e bastava ao historiador ou geógrafo escolher a sua para trabalhar nela com as suas problematizações específicas” (2005, p. 109).

Com a expansão dos domínios historiográficos no decurso do século XX, o modelo de região derivado da escola geográfica de La Blache começou a ser questionado. Segundo o historiador José D’ Assunção Barros,

[...] precisamente porque deixava encoberta a questão essencial de que qualquer delimitação espacial é sempre uma delimitação arbitrária, e também que as relações entre o homem e o espaço se modificam com o tempo, tornando inúteis (ou não-operacionais) delimitações regionais que poderiam funcionar para um período mas não para outro (2005, p. 110).

Críticas e fundamentos desenvolvidos pela própria geografia humana francesa opuseram-se à delimitação espacial pelas condições da natureza, tal como aparecia nas propostas derivadas de Vidal de la Blache, considerando esse um conceito não-operacional de região, por entendê-la como um dado preestabelecido.

Entre os críticos, o geógrafo e geopolítico francês Yves Lacoste (*Revue Hérodote*, 1976) considera o entendimento de região derivados dos estudos de La Blache como um conceito obstáculo, por privilegiar explicitamente apenas uma das formas possíveis de cortar o espaço e, implicitamente, passar a impressão de que não há outras (RECKEZIEGEL, 1999, p. 17). Yves Lacoste compreende as regiões como “espacialidades diferenciais”, isto é, conjuntos espaciais definidos de diferentes maneiras, as quais é conveniente distinguir. Para Lacoste, o conceito de região natural “se revela incapaz de apreender a historicidade e as contradições sociais que compõem determinado espaço” (LACOSTE, 1977 *apud* RECKEZIEGEL, 1999, p. 18).

A partir de então, argumenta-se que a ação do homem participa nos espaços construindo paisagens. Desta forma, há uma aproximação com a História; e foi este link que constituiu uma primeira explicação sobre o desenvolvimento da história regional (Cardoso, 1982, p. 75 *apud* CARBONARI, 2009, p.22). Este intercâmbio disciplinar permitiu reconhecer que todo o espaço tinha sua história e que toda a história se refletia em um certo espaço (CARBONARI, 2009, p. 22).

Todavia, especialmente durante a segunda metade do século XX, as abordagens regionais ativeram-se aos aspectos homogêneos das espacialidades. Esse era o período das concepções generalizantes, provindas de modelos teóricos-explicativos; a citar, o marxismo-estruturalista e o estruturalismo francês, próprios de um tempo de otimismo científico (CARBONARI, 2009, p. 23). Dessa maneira, a espacialidade era entendida como um fato concreto da realidade a ser observado e descrito em si mesmo (CARBONARI, 2009, p. 22). Em outras palavras, a região constituía-se *a priori* como um enunciado a confirmar. Os estudos de casos tornavam-se verificações ou não de supostos metodológicos que visavam explicar fenômenos e processos históricos. Os métodos eram hipotético-dedutivos, quantitativos e a abordagem buscava ser dinâmica, na medida em que se acreditava que estudos particulares exaustivos poderiam ser comparados para a obtenção de generalizações sólidas. A finalidade dos estudos regionais era entender a funcionalidade econômica das regiões para o mercado, assim, planejando-se o desenvolvimento regional. Porém, essas pesquisas não chegaram a resolver a relação entre o geral e o particular, porque cada estudo de caso tinha referenciais específicos (por vezes opostos) e séries de fontes distintas (CARDONARI, 2009, p. 23-25).

A mudança na concepção do conceito de região acentua-se com “a crise dos grandes paradigmas”, que se fez evidente no último quartil do século XX e atingiu seu ápice o início da década de 1990; a crise das ideologias nas sociedades ocidentais conforma-se após a derrubada do Muro de Berlim (1989) e o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991). Configura-se uma dissolução da possibilidade de compreender o mundo através de esquemas totalizantes, devido à crise referencial da razão. Segundo Carbonari,

frente a “la crisis de los grandes paradigmas”, se postulan “tiempos de incertidumbre” (Chartier, 1996). En la Ciencia Histórica, en tanto, se hacen distintos anuncios apocalípticos como el “fin de las ideologías”, el “fin de la historia” y a la vez se señalan varios “retornos”: la narrativa, la biografía, el acontecimiento. Estos cambios afectaron las formas de construir el conocimiento en historia y por consecuencia la manera de entender la región. Para el estudio de lo particular otro concepto que adquirió fuerza y se instaló fue el de micro-historia. Hubo, entonces, una redefinición de región desde lo

antropológico, buscando vincular región con identidad particular, cuando esta se vaciaba en lo global (2009, p. 28).

A partir de então, cada vez mais, o conhecimento historiográfico tem como pressuposto o desenvolvimento metodológico com base no objeto de estudo, a partir de uma problemática, e não em um coletivismo metodológico, circunscrito à aplicabilidade de teorias generalizantes. O domínio do historiador passa a ser o dos fenômenos eminentemente específicos.

Contudo, disso surge a principal crítica à História regional, qual seja, a falta de unidade metodológica. No entendimento da historiadora mexicana Dení Trejo Bajaras, isso parece provir do fato de que os problemas históricos tratados pelas abordagens regionais são muito diferentes uns dos outros, de modo que “a la hora de pensar la región ésta se vuelve un factor dependiente del problema” (2009, p. 6). Nesta corrente interpretativa surge a difundida frase do historiador norte-americano Eric Van Young (1987, p. 257) “las regiones son hipótesis a demostrar”. Segundo o autor, “cuando escribimos historia regional, estaríamos tratando de hacer justamente eso, antes que describir entidades antecedentes” (YOUNG, 1987, p. 257).

Visto as colocações acima de Trejo e Young, compete ao historiador definir a sua problemática, justificando assim o seu recorte e a sua forma de operacionalizá-lo. Ou seja, é o problema a ser analisado que define esse recorte e permite definir uma região, e não o contrário, como um dado preestabelecido que se utilizava nas pretéritas concepções de região.

Região e História regional na atualidade

Atualmente, segundo os historiadores estudados (RECKZIEGEL, 1999; VISCARDI, 1997), a abordagem de História regional possui algumas orientações norteadoras para a sua produção. Primeiramente, em relação à compreensão de região histórica,

A região constitui uma estrutura, por isso possui uma identidade que permite diferenciá-la de seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. Como qualquer segmento do espaço, é dinâmica, historicamente construída e faz parte da totalidade social; portanto, suas características internas são determinadas e determinantes de sua interação com o todo. No entanto, apesar de suas relações com o sistema maior, a região possui relações internas autônomas que lhe conferem caráter próprio e diferenciado (RECKZIEGEL, 1999, p. 19).

Então, a abordagem torna visível as características regionais, como fenômenos históricos singulares e um conjunto de relações sociais originais, porque a partir deste tipo de aproximação é possível compreender como os indivíduos produzem o mundo social. Como

ressalta a historiadora Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, o espaço regional é formado por “um conjunto de valores socialmente aceitos e partilhados pelos seus agentes, que conferem à região uma identidade própria, capaz de gerar comportamentos mobilizadores de defesa de interesses” (1997, p. 96). Nesse sentido, o espaço regional é uma construção abstrata, elaborada pelos agentes históricos que a ele se relacionam de forma direta ou indireta (VISCARDI, 1997, P. 95).

Não obstante, a região não se desvincula da realidade total, constituindo-se como uma parte específica dessa. É a complexidade das articulações entre a parte (a região) e o todo (sistema que a contém) que conformam a História regional. E, um problema a ser referido é a dificuldade em estabelecer relações entre o particular e o todo, de modo que, em alguns estudos, as regiões correm o risco de serem elementos fechados e egocêntricos (localismo) (TREJO, 2009, p. 10). Quando, segundo Trejo (2009, p. 10),

[...] uno de los elementos más importantes para justificar la existencia de este tipo de análisis sería el del establecimiento de las particularidades regionales no sólo en función de lo que las caracteriza intrínsecamente, sino principalmente por su relación o comparación con otras regiones del país o del mundo (pues pueden tener tanto diferencias como semejanzas con éstas); es pues necesario en este tipo de estudios delinear sus conexiones con otras regiones, con la nación y con otras partes del mundo, pues es imposible que existan de manera aislada.

Segundo Trejo (2009, p. 10), a História regional oferece elementos insubstituíveis para estudos comparativos, pelos quais é possível revelar aspectos que não foram antes observados em análises mais amplas. Contudo, a História regional não deve ser vista como fornecedora de subsídios que em conjunto constituiriam uma História total, porque as análises regionais dizem respeito a realidades distintas.

Em segundo lugar, os autores citados (BARROS, 2005; TREJO, 2009) apresentam um certo consenso quanto aos critérios utilizados para a delimitação regional pelo historiador. Na definição de Barros:

[...] uma região é uma unidade definível no espaço, que se caracteriza por uma relativa homogeneidade interna com relação a certos critérios. Os elementos internos que dão uma identidade à região (e que se tornam perceptíveis quando estabelecemos critérios que favoreçam a sua percepção) não são necessariamente estáticos. Daí que a região também pode ter sua identidade delimitada e definida com base no fato de que nela pode ser percebido um certo padrão de interrelações entre elementos dentro dos seus limites (BARROS, 2005, p. 98).

Compreende-se que as regiões, por serem constructos de seus agentes ao longo do tempo, contêm configurações (sociais, culturais, políticas, econômicas etc.) preexistentes, mas não necessariamente estáticas entre si. Por isso, a delimitação regional pode variar de acordo com os critérios estabelecidos pelo historiador, os quais vinculam-se a um problema de pesquisa. A essa questão, soma-se o próprio discurso elaborado pelo pesquisador, circunscrito à sua perspectiva historiográfica e às suas subjetividades, além do seu acesso fragmentado a elementos da realidade histórica. De acordo com Barros,

No momento, interessa-nos falar nos territórios que o Historiador produz ao se apropriar dos discursos, das informações e dos resíduos que lhe chegam de uma determinada realidade vivida através daquilo que ele chama de “fontes primárias”. O historiador trabalha com territorialidades superpostas em sua operação historiográfica. Em seu esforço de apreensão historiográfica, ele deve se empenhar em perceber as territorialidades que as relações sociais por ele estudadas produziam à sua época, mas a verdade é que – para além destas territorialidades históricas – ele deverá superpor a sua própria territorialidade historiográfica. O historiador não é apenas alguém que percebe os poderes e controles que os homens de determinada época estabeleciam sobre o espaço, ele mesmo é também criador de um território, na medida em que ao recortar um objeto de conhecimento estabelece um espaço de poder e de controle através do seu próprio discurso historiográfico. Já de princípio, no ato de elaborar a História (enquanto campo de conhecimento), o historiador deve impor recortes à História que um dia foi vivida e que lhe chega de forma complexa e fragmentada através das fontes (2005, p. 115).

A política, aqui referida como estruturas de poder, também produz a sua própria espacialidade. Motivo pelo qual, os aspectos político-administrativos possivelmente são aqueles que vêm à tona mais espontaneamente quando se pensa em considerar uma determinada espacialidade. Todavia, esses podem não ser os mais importantes em função de uma determinada análise da realidade a ser compreendida (BARROS, 2005, p. 100-101). O mesmo ocorre com as características geográficas, pois adotar regionalizações elaboradas *a priori* (a partir da geografia), para tentar estabelecer as suas particularidades históricas, traz o risco de assumir uma região baseada em "características estáticas predeterminadas pela natureza", sem que haja necessariamente clareza sobre o problema histórico a ser estudado, o que resultaria em um determinismo geográfico-histórico (TREJO, 2009, p.8).

Neste sentido, o elemento orientador de qualquer abordagem regional é a problemática de pesquisa. Pois, os recortes de tempo e espaço que o historiador deve operar no seu objeto historiográfico são decorrentes do problema histórico que se tem em vista, bem como do enfoque definido no ato da operação historiográfica (BARROS, 2005, p. 116). Segundo Trejo:

La perspectiva regional no debiera competir o confundirse con otras formas de estudiar los procesos históricos con concepciones distintas de la espacialidad donde suceden éstos; pero a diferencia de algunas de esas otras propuestas, en la regional debiera ser muy claro que las circunscripciones elegidas deben responder al problema planteado, es decir no considerar a la región como un contenedor pasivo donde suceden los hechos, sino como parte de ellos (2009, p. 7).

Os estudiosos que fazem História regional levantam problemas históricos cujo objeto requer uma dimensão espacial (como uma unidade de análise) para seu melhor entendimento. Mas, Trejo reitera que é em função do problema e não de uma delimitação territorial predeterminada que o processo histórico em questão pode ser compreendido (TREJO, 2009, p. 7). Portanto, a clareza quanto à especificidade espacial configura-se como parte da abordagem metodológica (seja de enfoque político, social, econômico, cultural, etc.).

Trejo desenvolveu em sua tese “*Espacio y economía en la península de California: 1785-1860*” (1999) um estudo sobre a península da Baixa Califórnia Sul, delimitado com base nas consequências populacionais do processo de secularização dos estabelecimentos missionais e dos efeitos econômicos e sociais que isso teve (concentração populacional, apreensão da terra, exploração mineira, desenvolvimento comercial), em um período de transição do regime colonial espanhol para a formação do Estado-nação mexicano.

Esse estudo permitiu a ela refletir sobre várias questões. Destaca-se a presença relativamente próxima de russos, ingleses e anglo-americanos, a partir de incursões terrestres e na exploração de recursos marinhos. Tal aspecto demonstra a incapacidade dos governantes de apoiar um assentamento efetivo, que foi largamente deixado aos próprios colonos e seus poucos recursos. A autora analisou o papel dos comerciantes neste processo e notou como de pequenos assentamentos estavam surgindo precários assentamentos portuários que mantiveram uma estreita relação com as respectivas regiões interiores (*hinterland*), integradas por cidades mineiras e uma rede de ranchos e pequenas populações com produção agrícola (TREJO, 2009, p. 14).

Atualmente, Trejo afirma que os portos do mar californiano, cujos estabelecimentos mais firmes começaram apenas no decurso da terceira década do século XIX, formaram uma região com suas inter-relações comerciais. Cada porto precedeu uma colonização interior, composta por uma combinação de estabelecimentos de mineração, ranchos agrícolas e assentamentos que tinham sido derivados dos antigos estabelecimentos presidiaes e ou missionários (TREJO, 2009, p. 15).

Algo notável é que os agentes históricos mantiveram uma constante comunicação e intercâmbio através do comércio de cabotagem e contrabando, de modo que os interesses foram compartilhados e foram baseados na coleta em cada porto (TREJO, 2009, p. 15). Isto é, os agentes históricos tiveram comportamentos mobilizadores da defesa de interesses. A história compartilhada dos portos do Golfo da Califórnia, enquanto uma região, é confirmada pelos laços de parentesco entre as populações dos três portos e algumas semelhanças na arquitetura portuária, bem como certas tradições e costumes comuns (TREJO, 2009, p. 16).

A tese de Trejo é um claro exemplo de que não basta descrever o espaço físico, os limites-políticos administrativos, como as fronteiras imperiais ou nacionais, mas é necessário ater-se ao movimento social, a história compartilhada. Esse movimento não é estático. E, percebe-se isso por meio de uma problemática.

Uma breve contextualização acerca das produções historiográficas sobre as fronteiras meridionais

O termo fronteira possui alguma difusão entre o senso comum, segundo o qual define-se como algo estático e formal, concepção vinculada à ideia de fronteira nacional, que é própria dos dias atuais e, historicamente, inicia-se em meados do século XIX. No entanto, fronteira é uma palavra polissêmica e o seu sentido varia conforme o contexto histórico em questão.

No pensamento dos historiadores nacionalistas a fronteira sempre esteve demarcada, para eles, “a nação estava no pensamento de cada homem do passado” (GIL, 2002, p. 12). Nas primeiras décadas do século XX, boa parte dos historiadores sul-rio-grandenses seguiu essa vertente (Aurélio Porto; Souza Docca; Othelo Rosa; Moysés Vellinho), motivo pelo qual reivindicaram uma fronteira estável e uma “brasildade” incontestável” (GIL, 2002, p. 13), cujas origens encontravam-se em Portugal e o seu desenvolvimento vinculado ao restante do espaço colonial lusitano da América Portuguesa.

A década de 1990, contudo, marcou uma recuperação dessas discussões fronteiriças e uma virada na abordagem. Segundo a historiadora Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2014, p. 72), a qual elaborou ampla revisão historiográfica sobre a temática fronteiriça:

Se, até aquele momento, a percepção da fronteira que impunha limites efetivos entre um lado e outro, que atribuía aos rio-grandenses um papel de “ponta de lança” do Império, sempre prontos a combater o inimigo castelhano e assegurar a inviolabilidade do território nacional, havia predominado no cenário historiográfico, a partir de agora, a compreensão da fronteira seria cada vez mais como um espaço, e menos como um limite, bem como cada vez

mais como um lugar que promove a integração, e menos como uma barreira intransponível.

Portanto, distingue-se duas correntes: uma que discorre sobre a fronteira-linha, reforçando os antagonismos e os marcos divisórios, na medida em que seus estudos enfatizam os conflitos entre impérios e, após, entre Estados-nações. E, outra que entende ser necessário superar essa noção, considerando as aproximações e trocas ocorridas entre os dois lados da fronteira, a qual corresponde ao conceito de fronteira-zona (CHESNEAUX, 1980, 180-191).

De acordo com a última interpretação, a História das fronteiras da América Latina colonial está passando por uma entusiasmada renovação. Segundo o historiador Fabrício Pereira Prado (2012, p.318),

[...] historians have crossed the border to the “other side” of the frontiers, bringing indigenous groups, go-betweens, local communities and their interests to the forefront of the academic debate. Building on the findings of economic and social historians of the late 1980s and 1990s, this new scholarship is revealing frontier and borderlands regions that were fluid, that were marked by multi-ethnic interactions, and dynamic relationships with the environment, and that were connected to the broader Atlantic World. As a result, the traditional dichotomy between colonists and indigenous peoples has been blurred. Societies on both sides of frontiers and borderlands “must be understood together,” and not as separated groups like historians of the first three quarters of the 20th century tended to represent them.¹ Late 20th and early 21st century historiography on colonial Latin American frontiers and borderlands is the product of the dialogue among history and anthropology, ethno-history, post-colonial theory, geography, and most recently, the Atlantic framework. The works that deployed such interdisciplinary approaches have triggered new debates on the formation of and historical processes in frontier and borderland regions. These include, for instance, the importance of social networks; the manipulation of imperial laws and policies by colonists and indigenous groups; the presence of African and indigenous slavery in frontier regions; the significance of ethnic, racial, religious and regional identities, and processes of ethnogenesis.

Datando à década de 80 (destacam-se os pesquisadores uruguaios e argentinos) e se desenvolvendo ao longo da década de 1990, a nova geração de historiadores tem construído uma sólida história social, econômica e demográfica de regiões limítrofes e fronteiriças. Enquanto gerações anteriores de historiadores tinham como aporte documental os registros administrativos e dados de conquistas, a nova geração historiográfica passa a fazer uso de protocolos clericais, da cobrança de impostos e de censos coloniais, baseando-se numa abordagem nova e abrangente do passado. Este corpo documental demonstra que as fronteiras e limites eram povoados e atravessados por interações sociais. Assim, “the representation of “empty” and “hollow frontiers” started to be replaced with visions of frontiers/borderlands

filled with Peninsular and creole Spanish and Portuguese, indigenous populations, African and Afro-descendent populations, and their mixed progeny” (PRADO, 2012, p. 320).

A imagem de uma fronteira vazia foi desconstruída pela inclusão de novas fontes no repertório historiográfico e pela abordagem regional; em especial, Jorge Gelman, Juan Carlos Garavaglia e Samuel Amaral, através de seus estudos relativos ao Rio da Prata, mostraram – por meio de registros fiscais e de vendas – a existência de uma produção de trigo significativa nas fronteiras coloniais do século XVIII. A pesquisa é enfática no sentido de apontar a comercialização da colheita tanto com grupos coloniais quanto indígenas como uma prática mercantil própria àquele contexto. Como resultado, esses autores sugeriram que todos os "lados" das regiões fronteiriças deveriam ser entendidos em conjunto (PRADO, 2002, p. 320).

De acordo com a noção de espaço histórico e dinâmico, estudos recentes nos permitem concluir que as paisagens sociais e ambientais das áreas periféricas decorrem de avanços nas sociedades trans-fronteiriças. Como corolário, a fronteira é entendida como um processo histórico multi-camadas, dinâmico e não-linear (“*a multi-layered, dynamic and non-linear historical process*”) (PRADO, 2012, p. 324). Daí é possível perceber o papel fundamental que os elementos naturais desempenharam no horizonte de estratégias de diferentes grupos sociais na negociação da produção social da paisagem. De acordo com a historiadora Cynthia Radding, é importante considerar a ecologia social de regiões fronteiriças; de fato, sua análise dos grupos envolvidos na criação da fronteira norte da Nova Espanha estipula uma correlação clara entre as mudanças na paisagem e as dificuldades logísticas, diplomáticas e de identidade dentro dos grupos que competem por recursos (PRADO, 2012, p. 324); assim, serve de referencial mesmo não se tratando da América Meridional.

A ampla gama de características relacionadas às fronteiras latino-americanas, apontada acima pelo historiador Fabrício Prado (2012), denota que os estudos sobre a temática necessitam de um *corpus* metodológico adequado a essas realidades fronteiriças.

Sobre estudos fronteiriços acerca da América Meridional

O historiador Luiz Carlos Golin (2002, p. 10), ao analisar o fenômeno fronteiriço, elenca alguns conceitos historiográficos que sustentam teoricamente a complexidade dos estudos de fronteiras. O autor parte do pressuposto de que cada fronteira estimula a sua teoria, “entendida como um sistema interpretativo de seu sentido formativo de região e de Estados-nação” (GOLIN, 2002, p. 17).

Nos estudos de Golin, os conceitos mais recorrentes ao se tratar das fronteiras da América Meridional durante o período colonial são: fronteira, limite, região, espaço, Estado, identidade/memória, movimento espontâneo, expansão demográfica, fricção inter-étnica e alteridade. Ademais, o autor utiliza as abordagens de História regional e frente de expansão.

Golin (2002, p. 10) compreende que fronteira e limite são dois polos com dupla funcionalidade. O conceito de limite é utilizado como linha divisória entre Estados limítrofes; “de certa forma, é o centro da fronteira, entendida como uma região, zona ou faixa fronteira” (GOLIN, 2002, p. 10). A precisão da linha-limite é própria do Estado moderno, motivo pelo qual, se comparados à atualidade, os limites eram relativamente flexíveis no período colonial. Além disso, o limite estabelece uma organização interna, servindo como ponto até o qual pode chegar as ações de poder de um Estado soberano (GOLIN, 2002, p. 10).

A abstração política do limite tem implicações na vida da população que se encontra em seu território (GOLIN, 2002, p. 12). À exemplo, no século XVIII, em termos ideais as idas e vindas através da fronteira, entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e o vice-reino do Rio da Prata, deveriam ser regradas por documentos oficiais que autorizassem a saída e a entrada nos respectivos territórios. De fato, no cotidiano fronteiriço havia ausência de suficiente vigilância, situação que impedia a fiscalização do considerável número de pessoas a mover-se em ambos os sentidos (COMISSOLI, 2014a, p. 5), motivo pelo qual o limite não era uma barreira intransponível. Contudo, o horizonte de expectativas disponível aos atores sociais e as estratégias que eles podiam adotar eram dimensionadas pela ação do Estado (THOMPSON FLORES, 2014, p. 78). E, embora não se possa falar em limites nacionais, pode-se dizer que mesmo no período colonial os limites delimitavam domínios imperiais distintos. Afinal de contas, se as fronteiras fossem apenas fluídas, perderiam a sua razão de ser.

A sistematização elaborada por Lia Osorio Machado (1998, p. 42 apud GOLIN, 2002, p. 11) sobre a diferença entre limite e fronteira apresenta-se como adequada para a análise das fronteiras da América Meridional. Para a autora, o limite está orientado para dentro (direção de força centrípeta), enquanto a fronteira está orientada para fora (direção de força centrífuga). Nessa análise, “a palavra fronteira implica, historicamente, aquilo que sua etimologia sugere – o que está na frente (MACHADO, 1998, p. 42 apud GOLIN, 2002, p. 11).

Golin (2002, p. 14) também circunscreve uma referência facilitadora para o entendimento de fronteira: “uma faixa ou zona de território existente nos dois lados da linha divisória e de difícil precisão”. Não obstante, o autor aponta que a zona fronteira é real e depende das relações sociais em diferentes tempos históricos (2002, p. 14). Por isso, a fronteira projetada pelos Coroas Ibéricas na América Meridional, com distinção política, existiu para os

habitantes como um espaço social. Os agentes sociais conviviam frequentemente, fosse mediante ações conflitivas, como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de interações comerciais. A fronteira era um fenômeno de porosidade, permitindo o trânsito de pessoas, mercadorias e ideias (COMISSOLI, 2014b, p. 4). Reforça-se, assim, um aspecto consensual sobre o tema; as “fronteiras são também elementos simbólicos carregados de ambiguidades, pois, ao mesmo tempo que impedem, permitem ultrapassar” (MÉLO, 1997, p 68-69 apud GOLIN, 2002, p. 17).

Percebe-se que,

Há uma oposição cada vez mais contundente à inoperância do conceito tradicional de fronteira circunscrito à antiga representação geopolítica de legitimação do Estado-nação. “A fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa em cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social”. Ela é um “espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório”, na relação deste ‘com a totalidade de que é parte’ (GOLIN, 2002, p. 17).

A fronteira é constituída de ambiguidades, devido à sua carga de transitoriedade e indefinição dos limites fronteiriços apesar dos tratados (MARTINS, 2000, p. 140 apud GOLIN, 2002, p. 19). Por Exemplo, na história da fronteira da América Meridional, a fixação das linhas divisórias, apesar das operações concretamente regionais, dependeu de decisões políticas estabelecidas nos centros de poder, por exemplo, Rio de Janeiro, Lisboa, Madri e Londres. Contudo, “combinados com a conquista militar, a expansão demográfica e o recorrente *uti possidetis*, ao cabo, a sua definição significou uma opção imaginária, arbitrária, pesada na balança limitativamente possível da geopolítica” (GOLIN, 2002, p. 13). Essa situação demonstra a incapacidade dos governos centrais de controlar as fronteiras conforme os ideais dispostos nos tratados.

Neste sentido, a legitimação da fronteira depende que sua significação seja naturalizada, isto é, “como uma categoria autoexplicativa, como um dado da História” (MÉLO, 1997, p 68-69 apud GOLIN, 2002, p. 16-17). Os autores Tiago Gil (2002, p. 23) e Mariana Flores da Cunha Thompson Flores (2014, p. 66) apontam que, no final do período colonial, o termo fronteira designava uma realidade geográfica específica nos confins do Rio Grande de São Pedro; a vila de Rio Grande representava o último núcleo urbano da colonização portuguesa ao sul, e a freguesia de Rio Pardo tinha o mesmo papel a oeste. Por isso, os espaços logo além dessas vila e freguesia eram designados pelos contemporâneos como “Fronteira do Rio Grande” e “Fronteira do Rio Pardo”.

Figura 1 – Planta do Continente de São Pedro



Fonte: CORDOVA, Antonio Igacio Rodriguez de. *Planta do Continente do Rio Grande*. 1780.

Ademais, o historiador Tiago Gil (2002), em sua obra “Infiéis transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)”, refere-se à fronteira entre os domínios ibéricos como uma região, tanto pelas concepções dos agentes históricos, quando por seu problema de pesquisa concernente ao contrabando.

O autor, ao propor uma definição de fronteira, utiliza-se das noções específicas do período que estuda, observando as referências espaciais distintas dos agentes históricos, muito orientadas por seus relacionamentos e experiências (GIL, 2002, p. 22) Gil percebe que no vocabulário dos homens do século XVIII, inclusive entre os que estudou, a palavra fronteira era polissêmica. Dentre os seus significados estavam:

Das várias referências que colhemos de seu uso na documentação, ela apresenta pelo menos dois significados muito visíveis: o primeiro é de uma área que engloba as localidades próximas aos territórios vizinhos e, portanto, passíveis de invasão. Esta noção variou mesmo no curto período que delimitamos, pois o território em questão foi parcialmente invadido em 1763. Neste momento, então, eram as localidades de Viamão e Rio Pardo, e suas adjacências, que correspondiam à fronteira. O outro significado, mais utilizado depois da retomada lusa, pós-1777, diz respeito a áreas específicas, chamadas de “fronteira do Rio Grande” e “fronteira do Rio Pardo”. Designava, em suma, uma espécie de “corredor” comum de passagem entre os territórios espanhóis portugueses. Estes “corredores” eram espaços privilegiados para a ação dos contrabandistas (GIL, 2002, p. 22).

Segundo Gil (2002, p. 23), seria uma abordagem unilateral considerar apenas o lado português em sua problemática. Deste modo, constitui-se uma região com características semelhantes, tais como a ameaça da invasão, a manutenção diária de certo contrabando e as redes de relacionamentos, a qual ultrapassa os domínios de ambos os impérios ibéricos e se articula profundamente (GIL, 2002 p. 23).

Golin (2002, p. 20) indica uma reflexão feita por Rui Cunha Martins sobre as fronteiras meridionais, a qual insere-se na temporalidade de longa duração:

A partir do Estado, ele afirma que “o mesmo centro que promovia, ainda que idealmente, a arrumação das fronteiras segundo perspectivas fortemente rígidas, percebera já a impossibilidade de erradicar os fatores que perturbavam essa arrumação”. E, então, “aprendera a lidar com esses imponderáveis. Aprendera as virtudes da liminaridade. Assim educado pelas margens sul-americanas que pretendia ordenar, o centro logo se dispôs, também, a colher os benefícios” (MARTINS, 2000, p. 143-144 apud GOLIN, 2002, p. 20).

Dessa maneira, a construção da fronteira, por mais que compartilhada entre luso-brasileiros e hispano-americanos, se vista a partir da longa duração, contém um processo de contradição: “a tensão entre uma fronteira construída a partir dos autos de demarcação da colocação dos marcos e uma fronteira construída sobre a política miscigenatória” (GOLIN, 2002, p. 24). Na história do Rio Grande do Sul, a fronteira produziu nesse processo a sua força de coesão regional e as suas hierarquias sociais (GOLIN, 2002, p. 25).

Portanto, o desenvolvimento da geopolítica lusitana foi sobredeterminado pelos aspectos regionais; principalmente pelas ações dos grupos que habitaram essa região. Contudo, o reconhecimento da importância da região não significa que a parte é vista em detrimento do todo, mas trata-se de acentuar a distinção de uma sociedade regional, cujo *ethos* se encontra na sua relação com a fronteira (GOLIN, 2002, p. 56). Desse modo, constitui-se um processo em que sociedade e território se inventam mutuamente. No entanto, como Golin adverte (2002, p. 56), não se chega à “afirmação de flexionar região como sinônimo de território”, a qual visa o “nascimento de um povo”, comumente encontrável na romanesca regionalista.

A fronteira tomada como epicentro geopolítico somente pode ser dimensionada na sua relação com a região e o Estado. A fronteira rio-grandense é o produto da ação do Estado e de sua concepção expansionista, que produziu na população formas concretas de mobilização e uma culturalmente dessa lógica de transposição de limites; uma população que se fez no movimento sobre o outro transfronteiriço, na transgressão territorial, e que encontrou a sua coesão formativa na relação ocupacional e opositiva ao outro regional/nacional “castelhano” (GOLIN, 2002, p. 59)

Golin (2002, p. 27-28) aponta que o caráter transitório da fronteira sulina esteve representado em diversos momentos da História: fronteira demográfica, durante a ocupação luso-brasileira; fronteiras nucleadas pelas linhas do Tratado de Madri, em 1750; Ponta Rasa, em 1763; canal da barra do Rio Grande-Jacuí, em 1767; neutral, em 1777-1800; Jaguarão-Ibicuí, em 1801; *status quo*, em 1804-1809; Arapeí, em 1819.

Essas fronteiras nucleadas foram formadas pelo processo de frentes de expansão, o qual resultou na formação social fronteiriça acima caracterizada. A frente de expansão insere-se em um processo de transição da frente demográfica, caracterizada pelo envolvimento dos indivíduos externos a um certo território (luso-brasileiros, hispano-americanos, mestiços vindos de outras capitanias etc.) e os indígenas (autóctones), vivendo na estrutura social e a partir da economia comuneira dos últimos, para a frente pioneira, a qual reorganiza a ocupação do espaço a partir dos moldes capitalistas, mudado drasticamente o modo de produção. Contudo, a frente de expansão caracteriza-se pela transposição de um modo de produção já existente, não alterando de maneira drástica o sistema econômico.

Segundo Golin (2002, p. 45), a intrusão dos sujeitos vinculados aos Estados coloniais nas áreas indígenas, além da catequese pioneira dos séculos XVI e XVII e do bandeirismo, aconteceu no território americano nos moldes de frentes demográfica e de expansão. Na campanha sulina rio-grandense, ocorreram as duas primeiras formas, respectivamente, a partir da penetração e da ocupação estancieira.

Podem-se caracterizar como processos de frente de expansão em combinação com a guerra externa as faxinas dos luso-brasileiros e, depois, dos brasileiros e imigrantes durante o Império, no sudeste do Rio Grande do Sul e no enterrios Quaraí-Arapeí (noroeste uruguaio), contra as tribos de minuanos e charruas; nesses mesmos territórios, o governo colonial espanhol e os republicanos orientais moveram expedições de extermínio contra os charruas (GOLIN, 2002, p. 31).

Ademais, na frente de expansão move-se a fronteira cultural dos brancos, isto é, “as representações de grupos sociais da sociedade modelarmente eurocêntrica, mesmo que constituídos por segmentos subalternos, como gaúchos, caboclos, ervateiros extrativistas, etc (GOLIN, 2002, p. 32). Em tal situação de contato, “as relações interétnicas são relações de fricção interétnica” (GOLIN, 2002, p. 32). A adoção dessa interpretação histórica possibilita a análise da realidade dos protagonistas históricos como “momento de uma totalidade dialética e, portanto, momento de contradição e lugar de conflito” (MARTINS, 1997, p. 153-155 apud GOLIN, 2002, p. 32).

No Brasil, essa fronteira expansivista aparece frequentemente como o limite do humano, pois além dela estão as nações autóctones (MARTINS, 1997, p. 162 apud GOLIN, 2002, p. 45). Por esse motivo, “quando existe um território predominantemente indígena entre a frente demográfica e a linha equidistante de outro Estado, a fronteira somente possui um lado” (GOLIN, 2002, p. 45). Historicamente, a fronteira meridional se constituiu pela dualidade entre Estados coloniais, na qual o outro é semelhante, e desses com as nações indígenas, como minuanos, charruas, guaranis e caingangues (GOLIN, 2002, p. 46).

No entendimento de José de Souza Martins, a categoria de frente de expansão é mais apropriada para a reflexão sociológica, especialmente porque ela se refere a lugar e tempo de conflito e de alteridade (MARTINS, 1997, p. 162 apud GOLIN, 2002, p. 33).

Para a análise do panorama da formação e ocupação fronteiriça, Martins propõe uma

primeira datação histórica: adiante da fronteira demográfica, da fronteira da "civilização", estão as populações indígenas, sobre cujos territórios avança a frente de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas nela, pelos agentes da modernização, sobretudo econômica, agentes da economia capitalista (mais do que simplesmente agentes da economia de mercado), da mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. Digo que se trata de uma primeira datação histórica porque cada uma dessas faixas está ocupada por populações que, ou estão no limite da História, como é o caso das populações indígenas; ou estão inseridas diversamente na História, como é o caso dos não-índios, sejam eles camponeses, peões ou empresários (MARTINS, 1997, p. 178 apud GOLIN, 2002, p. 33).

Portanto, cada uma dessas realidades em fricção têm o seu próprio tempo histórico e a sua própria territorialidade. Dessa maneira, a distinção entre frente pioneira e frente de expansão é um instrumento útil, o qual evidencia “[...] a temporalidade própria da situação de cada grupo social da fronteira e permite estudar a sua diversidade histórica não só como diversidade estrutural de categorias sociais, mas também como diversidade social relativa aos diferentes modos e tempos de sua participação na História” (GOLIN, 2002 p. 34).

Do ponto de vista socioeconômico, a herança histórica deste processo de construção de fronteira está vinculado intrinsecamente à sua formação econômica e social. Nesse longo processo de ocupação, o latifúndio contribuiu para a construção de uma região de baixo desenvolvimento e estagnação na pecuária (GOLIN, 2002, p. 52).

Considerações finais

O conceito de região não é estático e sobre ele existem múltiplas definições, de acordo com o fundamento epistemológico e a abordagem disciplinar (seja histórica, antropológica, geográfica, econômica, dentre outras) do historiador. A partir do contexto de crise do paradigma explicativo, a abordagem regional elaborada pela historiografia deixa de depender de modelos estruturantes e pauta-se em uma problemática. Portanto, não existe uma abordagem regional única, mas o que parece facilitar o trabalho histórico é a sua inter-relação com de mais ciências humanas e sociais.

A abordagem regional mantém a dialética entre o contexto e a especificidade, porém, o particular adquire maior força explicativa em detrimento do geral, motivo pelo qual não se constitui como um estudo menor ou local. Segundo Trejo (2009, p. 17), “necesitamos volver a pensar los historiadores en el problema filosófico de la universalidad, no como el conocimiento que lo abarca todo (y corre el riesgo de convertirse en un absoluto), sino como la posibilidad de comprensión totalizadora (pero humana) a partir de un particular”. Exatamente porque o conhecimento absoluto é uma idealização. Não obstante, estudos históricos que se utilizam de unidades espaciais e temporais diversas para as suas análises permitem captar uma variedade também diversa de situações e experiências.

Ademais, é a partir destes recortes que o historiador define o seu território historiográfico (BARROS, 2005, p. 127), para viabilizar a resposta a um determinado problema, e assim o historiador “deixa as suas marcas e as de sua própria sociedade, redefinindo de maneira sempre provisória este vasto e indeterminado espaço que é a própria História” (BARROS, 2005, p. 127).

Um exemplo empírico é a constituição fronteiriça colonial da América Meridional. A partir do momento em que se ultrapassa as delimitações político-administrativas coloniais, compreende-se a fronteira como uma zona-fronteiriça que pode constituir propriamente uma região, tanto para os contemporâneos quanto para os historiadores que a delimitam a partir de problemáticas, como se procurou exemplificar. Entende-se, também, protagonismo dos agentes históricos e suas resoluções práticas para a ocupação destas áreas, modificando e estabelecimento territorialidades. Portanto, utilizando-se a abordagem de História regional são desveladas as singularidades das relações sociais, seja na dimensão de trocas mercantis ou, mais profundamente, entre os agentes históricos originários e os que no território ingressaram, sobretudo as relações estabelecidas a partir do Outro, inclusive as conflituosas; as quais resultaram na constituição do sujeito social fronteiriço.

Referências bibliográficas:

BARROS, José D'Assunção. A Nouvelle Histoire e os Annales: entre continuidades e rupturas. *Revista de História*, vol. 5, n. 1-2, p. 308-340, 2013.

_____. História, Espaço e Tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, nº 36, p. 460-476, 2006.

_____. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.

CARBONARI, Maria Rosa. De como explicar la región sin perderse en el intento: Repasando y repensando la Historia Regional. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 19-34, 2009.

CHESNEAUX, Jean. La inserción de la historia en el espacio: la geopolítica. In: Hacemos tabla rasa del pasado? A proposito de la historia y de los historiadores. 4 ed. Madrid: Siglo XXI, 1981. p.180-191.

COMISSOLI, Adriano. A circulação de informações e o sistema de vigilância portuguesa da fronteira do Rio da Prata (século XIX). *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 13, nº 1, p. 23-40, 2014a.

_____. Contatos imediatos de fronteira: correspondência entre oficiais militares portugueses e espanhóis no extremo sul da América (séc. XIX). *Estudios Históricos*, v. 13, p. 1-19, 2014b.

GIL, Tiago Luís. *Infiéis Transgressores: os contrabandistas da fronteira (1760 – 1810)*. 2002. 221 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

GOLIN, Luiz Carlos. Introdução: A fronteira como centralidade entre a região e a nação. In: _____. *A Fronteira: governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 9-94.

LACOSTE, Yves. *A geografia serve, antes de mais nada, para fazer a guerra*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1777.

MACHADO, Lia Osorio. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques (Org.). *Fronteiras e espaço global*. Porto Alegre: AGB, 1998.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico de frente de expansão e de frente pioneira. In: _____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Rui Cunha. Portugal e Brasil: modernidade e fronteiras. In: KERN, Arno Alvarez (Org.). *Sociedades ibero-americanas*. Reflexões e pesquisas recentes. Porto Alegre: Edipurs, 2000.

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira: In: CASTELO, Iára Regina (Org.). *Fronteira na América Latina: espaços em transformação*: Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

PRADO, Fabrício. The Fringes of Empires: Recent Scholarship on Colonial Frontiers and Borderlands in Latin America. *History Compass*: [S.l.], v. 10, p. 318-333, 2012.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*, Passo Fundo, v. 1, p. 15-23, 1999.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha. *Crimes de fronteira. A criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flavio M. (Org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. São Leopoldo: Oikos, 2009, p. 145-177.

TREJO BAJARAS, Dení. La historia regional en México: reflexiones y experiencias sobre una práctica historiográfica. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 13, n. 1, p. 5-18, 2009.

VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 84-97, 1997.

YOUNG, Eric von. Haciendo historia regional: consideraciones metodológicas y teóricas. *Anuarios IEHS*, [s/n], p. 255-300, 1987.